



Laylla Nayanne Dias Lopes
Pesquisadora

CATÁLOGO DO ACERVO
**CENTRO DE
MEMÓRIA
E CULTURA**

**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE GOIÁS**

150 anos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS

#EmConstanteEvolução

Laylla Nayanne Dias Lopes
Pesquisadora

CATÁLOGO DO ACERVO
**CENTRO DE
MEMÓRIA
E CULTURA**

**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE GOIÁS**

Cidade de Goiás – GO





CATÁLOGO DO ACERVO
**CENTRO DE
MEMÓRIA
E CULTURA**

PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE GOIÁS

Cidade de Goiás – GO



GOIÁS
2022

CATÁLOGO DO ACERVO
CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
1ª edição

PRODUÇÃO

Laylla Nayanne Dias Lopes
Pesquisadora
Eduardo Gusmão de Quadros
Orientador

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

PROMEP-UEG
CMC-TJGO

REVISÃO TEXTUAL

Cleiton Ribeiro e Oliveira

FOTOGRAFIAS

Dirnei Vogel

DIAGRAMAÇÃO
PROJETO GRÁFICO

Alex Garcia
Celso Torres

IMPRESSÃO

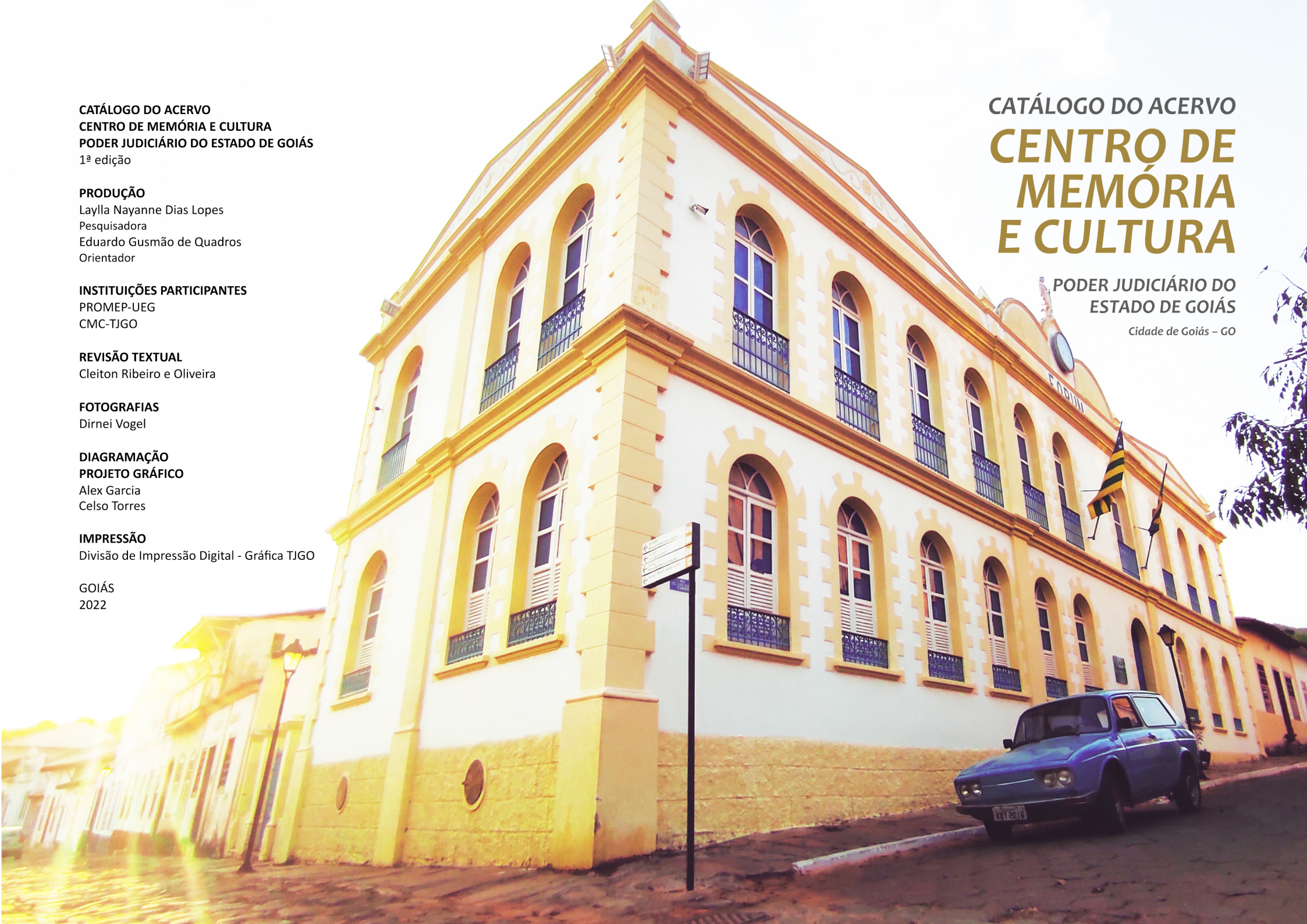
Divisão de Impressão Digital - Gráfica TJGO

GOIÁS
2022

CATÁLOGO DO ACERVO
CENTRO DE
MEMÓRIA
E CULTURA

PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE GOIÁS

Cidade de Goiás – GO





SUMÁRIO

Apresentação	07
Primeira Sede do TJGO	08
Segunda Sede do TJGO	09
Terceira Sede do TJGO	10
Deusa da Justiça	11
Dom Pedro II	12
Livro de Atas Presidentes	13
Termos de Juramentos Desembargadores	14
Termos de Juramentos Empregados	15
Carta de Sentença Crime em Grau de Apelação	16
Auto de Inventário dos Bens Deixados por Anna S. C.	17
Ação Penal de uma Escravizada contra seu Proprietário	18
Inquérito Policial Sobre o Suicídio de um Escravizado	19
Processo de Composição Amigável	20
Ação de Libertação de Escravizado Pelo Fundo Municipal de Emancipação	21
Alistamento de Eleitores para Composição do Júri	22
Tribunal do Júri	24
Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça do Estado de Goyaz	25
Beca e Capelo	26
Toga	27
Suporte e Canetas de Bico de Pena	28
Medalha	29
Máquina de Datilografar Remington	30
Telefone de Disco Ericsson	31
Relógio Pendular de Madeira	32
Registro Fotográfico do Segundo Ano em que ocorreu a Transferência do Poder Judiciário de Goiânia para a Cidade de Goiás	33
Inventário de Cora Coralina	34
Processo Penal do Garimpo da Bacia do Rio Vermelho	36
Processo Penal do Assassinato do Ex-presidente Sírio, Maouhamed Adib Chichakli	37
Galeria dos Ex-presidentes	38



APRESENTAÇÃO

O Centro de Memória e Cultura (CMC do TJGO) do Poder Judiciário do Estado de Goiás foi criado em 12 de dezembro de 2018, por meio da Resolução nº 97 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS, 2018) e inaugurado em 14 de dezembro daquele ano, no Edifício-Monumento que abrigou a primeira sede do Tribunal de Justiça goiano.

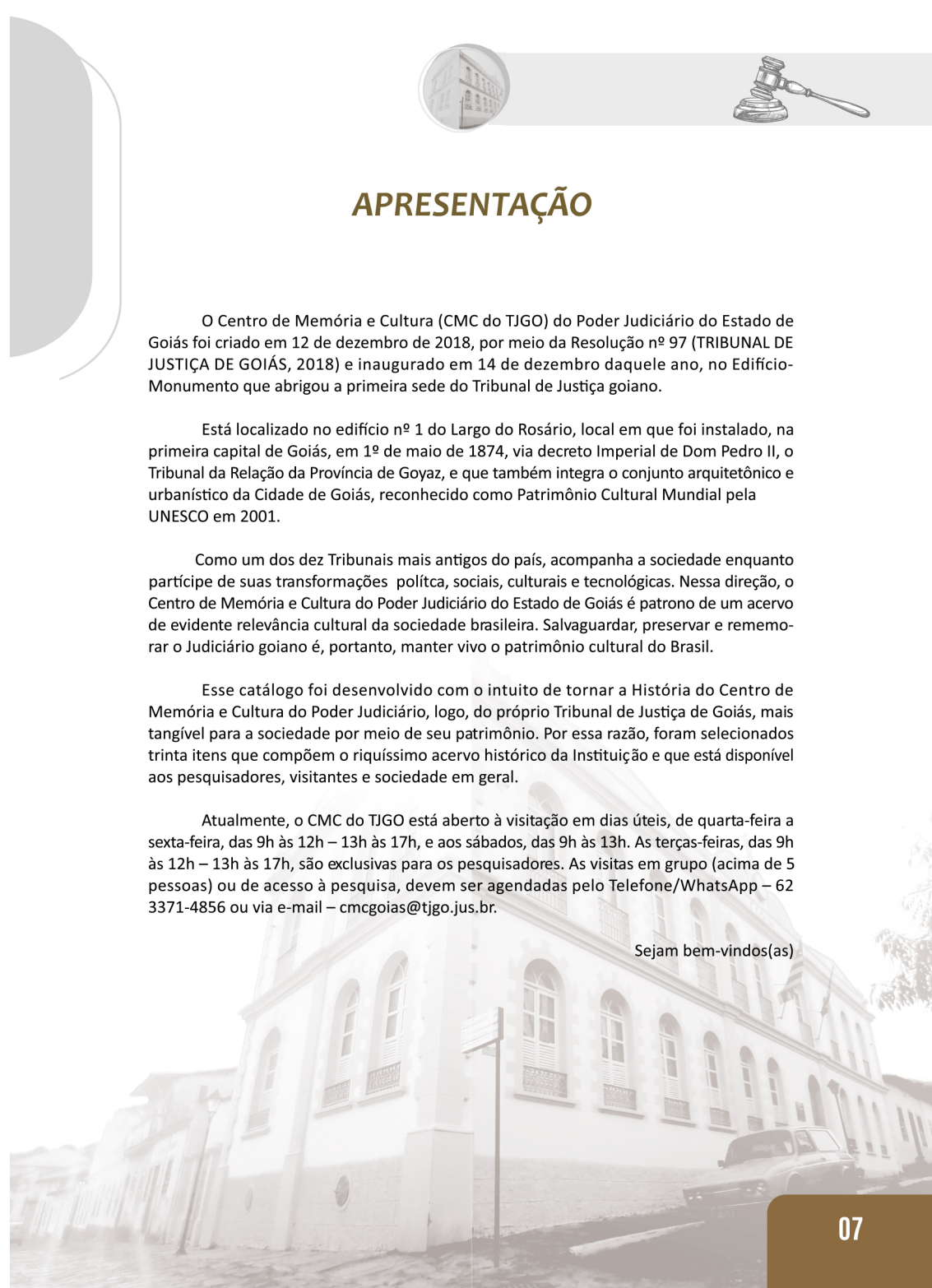
Está localizado no edifício nº 1 do Largo do Rosário, local em que foi instalado, na primeira capital de Goiás, em 1º de maio de 1874, via decreto Imperial de Dom Pedro II, o Tribunal da Relação da Província de Goyaz, e que também integra o conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás, reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO em 2001.

Como um dos dez Tribunais mais antigos do país, acompanha a sociedade enquanto partícipe de suas transformações política, sociais, culturais e tecnológicas. Nessa direção, o Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás é patrono de um acervo de evidente relevância cultural da sociedade brasileira. Salvaguardar, preservar e rememorar o Judiciário goiano é, portanto, manter vivo o patrimônio cultural do Brasil.

Esse catálogo foi desenvolvido com o intuito de tornar a História do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário, logo, do próprio Tribunal de Justiça de Goiás, mais tangível para a sociedade por meio de seu patrimônio. Por essa razão, foram selecionados trinta itens que compõem o riquíssimo acervo histórico da Instituição e que está disponível aos pesquisadores, visitantes e sociedade em geral.

Atualmente, o CMC do TJGO está aberto à visita em dias úteis, de quarta-feira a sexta-feira, das 9h às 12h – 13h às 17h, e aos sábados, das 9h às 13h. As terças-feiras, das 9h às 12h – 13h às 17h, são exclusivas para os pesquisadores. As visitas em grupo (acima de 5 pessoas) ou de acesso à pesquisa, devem ser agendadas pelo Telefone/WhatsApp – 62 3371-4856 ou via e-mail – cmgoias@tjgo.jus.br.

Sejam bem-vindos(as)





PRIMEIRA SEDE DO TJGO



Primeira Sede do TJGO.
 Desenho retangular utilizando a técnica do Bico de Pena.
 51 cm de altura x 71 cm de largura x 2 cm de espessura.
 Artista: Enauro de Castro.
 Acervo Iconográfico.
 Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

O edifício foi construído entre 1750 e 1860, possui estilo eclético vernacular e integra o conjunto arquitetônico e urbanístico do Centro Histórico da Cidade de Goiás, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade em 2001.

Sediou o Tribunal de Justiça de Goiás, instalado na primeira capital do Estado em 1º de maio de 1874, via decreto Imperial de Dom Pedro II, até 1937, quando ocorreu a transferência da capital de Goiás para Goiânia. O Fórum da Cidade de Goiás permaneceu no edifício até 2018, quando foi inaugurado o Centro de Memória e Cultura do TJGO.



SEGUNDA SEDE DO TJGO



Segunda Sede do TJGO.
 Desenho retangular utilizando a técnica do Bico de Pena.
 51 cm de altura x 71 cm de largura x 2 cm de espessura.
 Artista: Enauro de Castro.
 Acervo Iconográfico.
 Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Em 2 de julho de 1937, as sessões da Corte de Apelação, atual Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, foram encerradas na Cidade de Goiás. A Corte de Apelação se instalou na nova capital em 16 de julho daquele ano, em sessão solene com a presença dos titulares dos três poderes. Como não havia prédio próprio para abrigar o Tribunal de Justiça em

Goiânia, ele foi instalado em um edifício na Praça Cívica, atual Procuradoria-Geral do Estado. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela Portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003, o edifício também é protegido no âmbito estadual pelo Decreto 4.943 de 31 de agosto de 1988.



TERCEIRA SEDE DO TJGO



Terceira Sede do TJGO.
Desenho retangular utilizando a técnica do Bico de Pena.
51 cm de altura x 71 cm de largura x 2 cm de espessura.
Artista: Enauro de Castro
Acervo Iconográfico.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Somente em 1986 foi inaugurada a sede definitiva do Tribunal de Justiça de Goiás, localizada na Avenida Assis Chateaubriand com a Rua 10, no Setor Oeste. O prédio recebeu o nome do Desembargador Clenon de Barros Loyola, que o presidiu em 1969 e

faleceu em 1988. Em 2020, passou por ampla reforma e revitalização. Vale a pena conhecer a instalações os espaços cultural (Pinacoteca e Espaço Cultural Goiandira do Couto) instalados no edifício.



DEUSA DA JUSTIÇA

Iustitia (Justitia) é a divindade romana que representa a Justiça. A justiça é associada a figuras femininas desde a antiguidade. Na Grécia, o papel cabia a Diké, que trazia uma balança e uma espada. Em sua versão romana, batizada Iustitia a mesma deusa passa a trazer também a venda nos olhos, que simboliza a imparcialidade. A Estátua da Deusa da Justiça foi encomendada pela instituição há, aproximadamente, cinquenta anos e está incompleta (ausentes a balança e a espada).



Estátua de metal.
60 cm de altura x 20 cm de largura.
Acervo Iconográfico.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.



DOM PEDRO II



Pintura.
80 cm de altura x 50 cm de largura.
Acervo Iconográfico.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Dom Pedro II foi o segundo e último monarca do Império do Brasil, tendo reinado o país entre 1840 e 1889. Foi ele quem assinou o Decreto de criação do Tribunal da Relação da Província de Goyaz, atual Tribunal de Justiça

de Goiás, em 6 de agosto de 1873. Até então, Goiás ligava-se à Relação do Rio de Janeiro. À vista disso, a instalação da Justiça em segunda instância é considerada um dos maiores feitos do Império dos Pedros em Goiás.

LIVRO DE ATAS PRESIDENTES



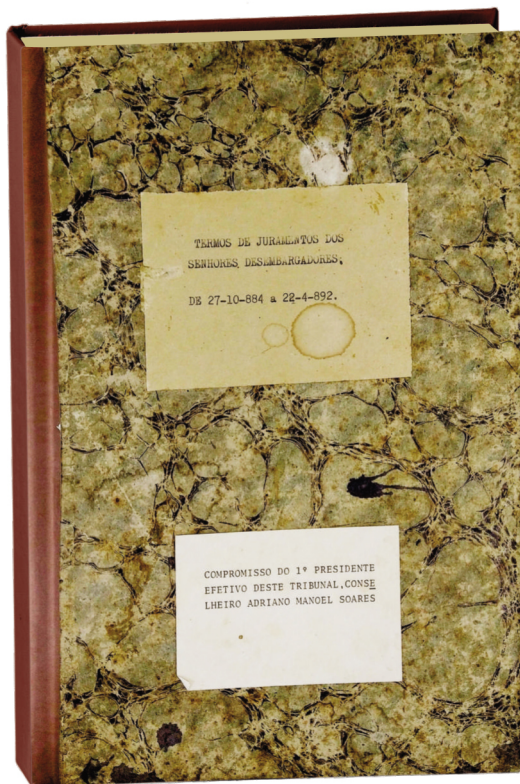
Livro datado de 1874.
Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Foi o primeiro documento produzido no Tribunal da Relação de Goyaz datado de 1º de maio de 1874, nele consta os detalhes de sua instalação: “Ao primeiro dia do mês de maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e

quatro quinquagésimo terceiro da Independência e do Império, nesta cidade de Goyaz no edificio número um Largo do Rosário [...] passa a funcionar o Tribunal da Relação” (PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS, 1874, p. 2).



TERMOS DE JURAMENTOS DESEMBARGADORES



Livro datado de 1874.
Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Neste livro consta o Compromisso do 1º Presidente efetivo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Desembargador Adriano Manoel Soares, realizado aos vinte sete dias do mês de outubro de 1874 e demais desem-

bargadores até o ano de 1892. Importante documento em que consta o registro dos primeiros membros da Justiça de 2ª instância do Estado de Goiás.



TERMOS DE JURAMENTOS EMPREGADOS



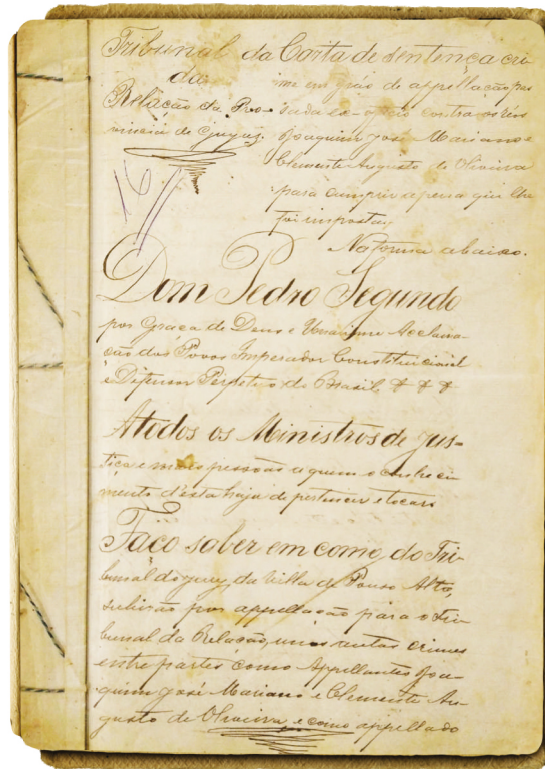
Livro datado de 1874.
Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Assim como os membros, os servidores da Instituição também firmam termos de compromisso. De acordo com o documento, o quadro de servidores estava completo no momento da Instalação do Tribunal da

Relação de Goyaz em 1874. Assumiu como Porteiro o Sr. Francisco José de Campos; como Escrivães Sebastião de Souza e Miguel Lins de Araújo Godinho e, como Secretário João Nunes da Silva.



CARTA DE SENTENÇA CRIME EM GRAU DE APELAÇÃO



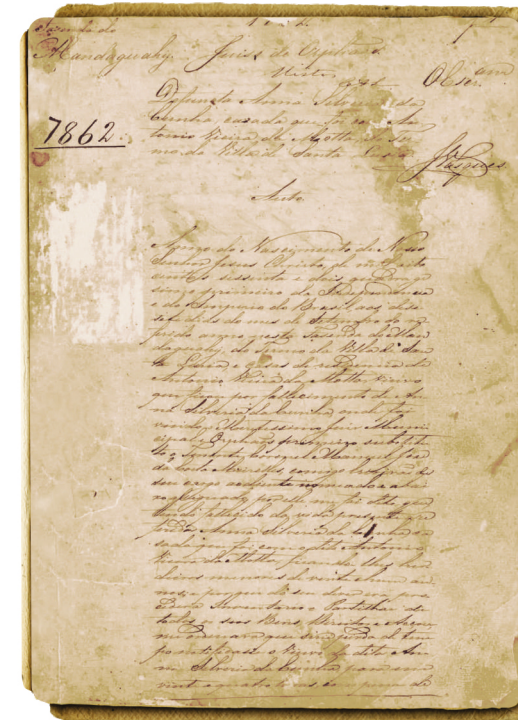
Processo Judicial manuscrito enviado ao Imperador do Brasil, datado de 1880. Acervo Documental. Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Com a Instalação do Tribunal da Relação de Goiás, os recursos em última instância eram enviados ao Imperador do Brasil. Nesse processo criminal, Dom Pedro II julgou e

manteve a sentença proferida pela 2ª instância. Atualmente, é o único documento dessa natureza no Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário.



AUTO DE INVENTÁRIO DOS BENS DEIXADOS POR ANNA S. C.

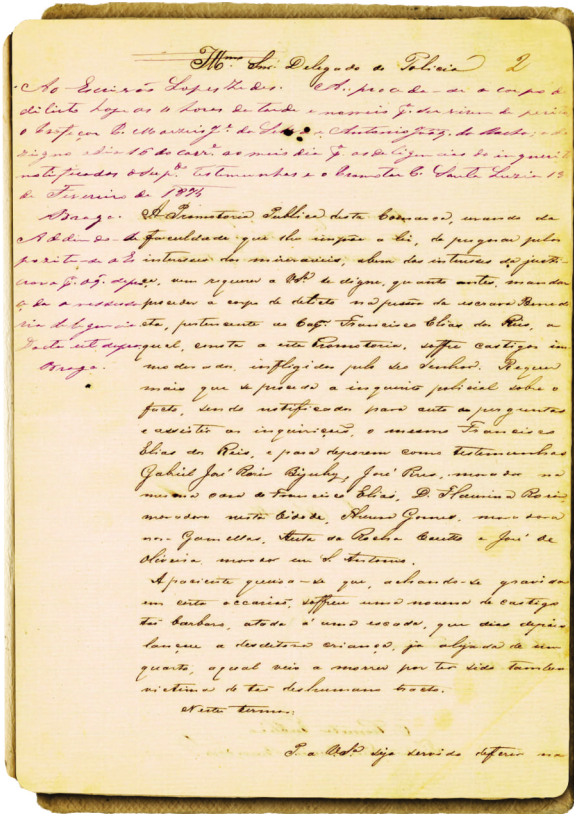


Processo manuscrito datado de 1862. Acervo Documental. Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Processo que consta a partilha de escravizados – homens, mulheres e crianças, no Item “Semoventes”, no qual especifica as características e o preço atribuído aos escravizados.



AÇÃO PENAL DE UMA ESCRAVIZADA CONTRA SEU PROPRIETÁRIO



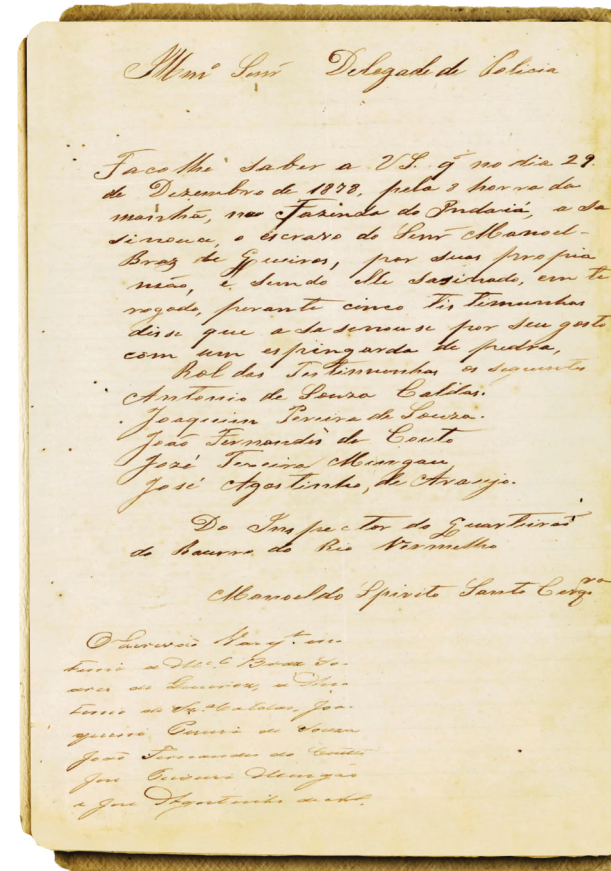
Processo Judicial manuscrito, datado de 1875.
Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Esse processo é bastante curioso, pois uma escravizada denunciou maus-tratos sofridos por ela cometidos pelo seu proprietário. “A paciente queixa-se que, achando-se grávida em certa ocasião, sofreu uma novena de castigo tão bárbaro, atada à uma escada, que

dias depois lançou a ... criança, já aleijada de um quarto; a qual veio a morrer por ter sido também vítima de tão desumano trato”. Exames comprovaram as marcas nos corpos das vítimas, mas testemunhas negaram os fatos e o processo foi arquivado.



INQUÉRITO POLICIAL SOBRE O SUICÍDIO DE UM ESCRAVIZADO



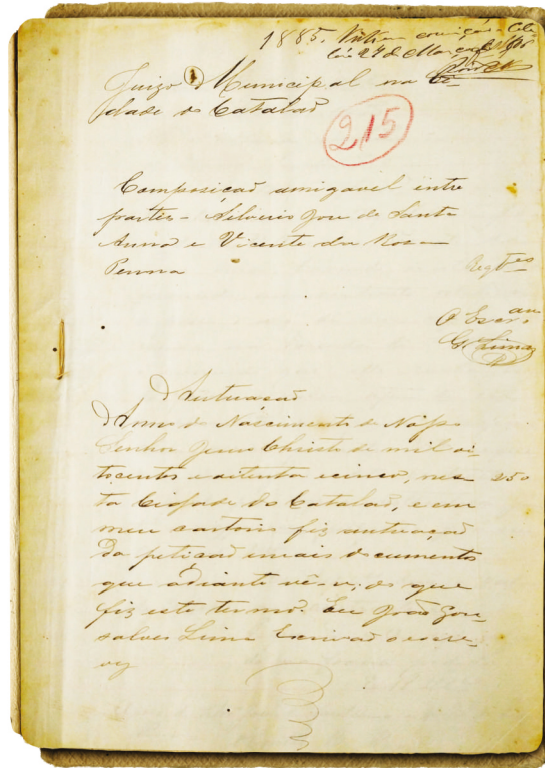
Processo Judicial manuscrito, datado de 1878.
Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Processo interessante envolvendo escravizados. Nele, o proprietário informa à delegacia local que um de seus escravizados cometeu

suicídio. No entanto, era bastante comum, no período, os escravizados serem maltratados pelos seus proprietários.



PROCESSO DE COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL



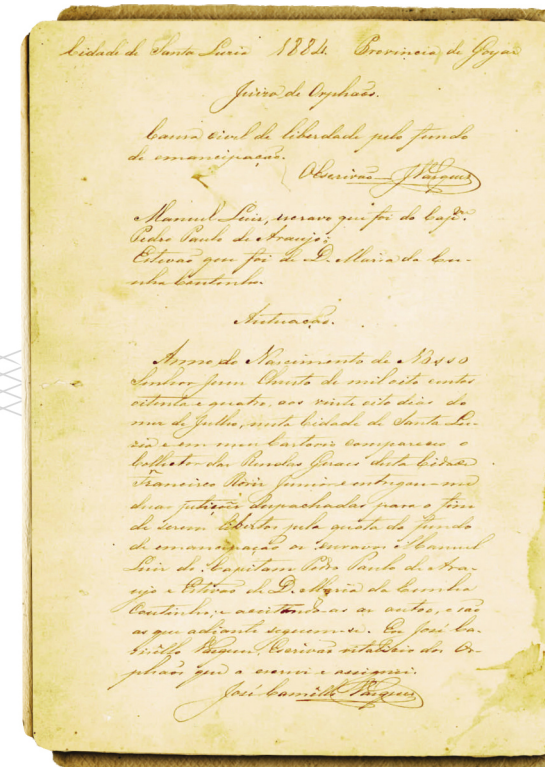
Processo Judicial manuscrito, datado de 1885.
Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás

A conciliação se tornou comum e incentivada somente com a publicação do Código de Processo Civil de 2015. Por isso esse processo é peculiar. Ele foi o único documento do

século XIX encontrado no CMC do TJGO em que as partes realizaram um acordo e o encaminharam ao Judiciário para a devida homologação.



AÇÃO DE LIBERTAÇÃO DE ESCRAVIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE EMANCIPAÇÃO



Processo Judicial manuscrito, datado de 1886.
Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás

No período existe o Fundo Municipal de Emancipação para libertar os escravizados. Diversos processos judiciais demonstram os

valores recebidos a título de indenização aos proprietários dos escravizados.



TRIBUNAL DO JÚRI

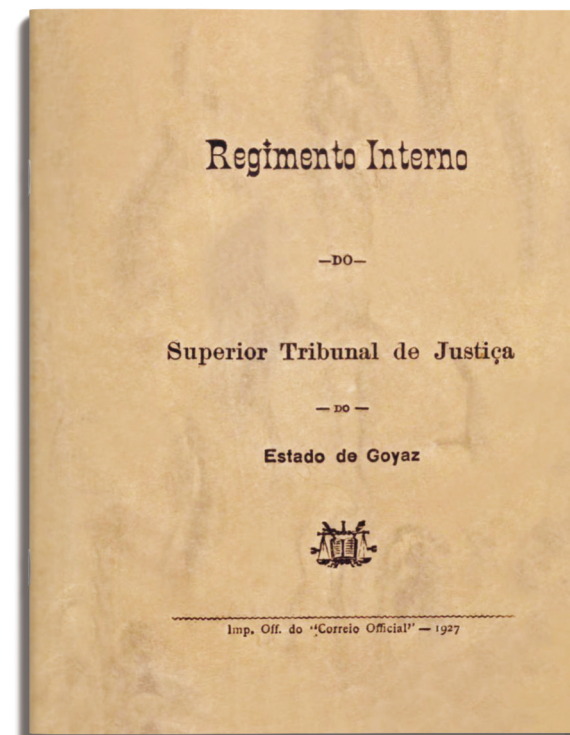


Acervo Mobiliário.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

O Tribunal do Juri existe desde 1874 e, ainda hoje, o CMC do TJGO mantém o mesmo mobiliário e disposição do último julgamento realizado no local. É uma das mais importantes instituições sociais, pois, representa uma

garantia à sociedade de poder julgar o indivíduo que praticou o mais reprovável dos crimes, que é a agressão dolosa da vida de um ser humano.

REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOYAZ



Documento datilografado datado de 1927.
Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Primeiro Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Goiás. Com a Proclamação da República no Brasil em 1889 e a instituição do regime federativo pela Constituição de 1891, em Goiás, o Tribunal da Relação passou a ser denominado Superior Tribunal de Justiça em

1º de janeiro de 1893, nomenclatura que foi novamente alterada pela Constituição de 1934, passando a se chamar Corte de Apelação e, posteriormente, Tribunal de Justiça, conforme a Constituição de 1945, que permanece atualmente.



BECA E CAPELO



Indumentária doada pela família do Desembargador Jairo Ramos Jubé.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás.

Inicialmente, a tradição teria surgido nas universidades europeias, com o aparecimento da figura do reitor. Usadas em cerimônias para destacar os participantes dos demais, através de adornos especiais, de acordo com a solenidade e o papel do usuário: professores, reitores, formandos, etc. Em audiências judiciais, são de uso obrigatório para advogados e membros do Ministério Público.



TOGA



Indumentária doada pela família do Desembargador Clenon de Barros Loyola.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

A Toga é uma veste de origem romana de uso privativo de magistrados e magistradas. É um símbolo do poder que o cargo sugere.



SUPORTE E CANETAS DE BICO DE PENNA



Objetos utilizados na prática judiciária.
Acervo Objetal.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

As canetas de bico de pena são uma variedade de canetas-tinteiro que se utilizam de uma ponta capaz de imitar o efeito da escrita por meio do antigo bico de pena, utilizando-se para tanto de uma ponteira chamada de pena.



MEDALHA



Condecoração recebida por servidor no desempenho de suas funções.
Acervo Numismático
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Condecoração de Honra ao Mérito dada ao funcionário João Brugger pelo Tribunal de Justiça de Goiás pelo 2º lugar obtido em concurso de "funcionário padrão".



MÁQUINA DE DATILOGRAFAR REMINGTON



Objeto utilizado na prática judiciária na década de 1950.
Acervo Objetal.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás

A Remington era uma indústria norte-americana de armas e que estava com baixa produção devido o fim da Guerra de Secessão. Foi a primeira a produzir máquinas de escrever em larga escala e se apresentaram como a melhor e mais rápida para produzir documentos.

TELEFONE DE DISCO ERICSSON



Objeto utilizado na prática judiciária na década de 1940 e 1950.
Acervo Objetal.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás

Telefone de disco é um formato de telefone projetado para enviar pulsos elétricos através do giro do número correspondente em um painel em formato de disco.



RELÓGIO PENDULAR DE MADEIRA



60 cm de altura x 30 cm de largura x 18 cm de espessura.
Acervo Mobiliário.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás

O Relógio pendular de madeira pertencia à primeira Comarca do Estado de Goiás – Cidade de Goiás, é dividido em 12 horas, contendo os 12 números. Na parte frontal contém o vidro que exhibe o pêndulo, que é acionado dando corda. Foi restaurado recentemente e está em pleno funcionamento.



REGISTRO FOTOGRÁFICO DO SEGUNDO ANO EM QUE OCORREU A TRANSFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DE GOIÂNIA PARA A CIDADE DE GOIÁS



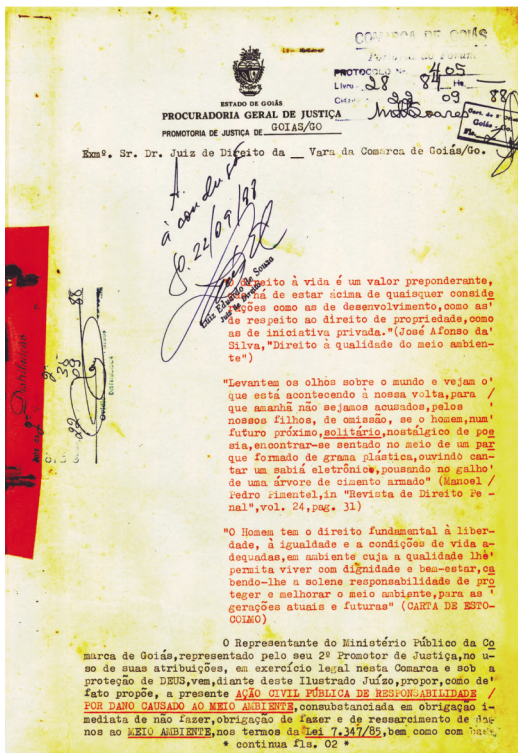
Fotografia de Cidinha Coutinho, datada de 1962.
Acervo Fotográfico
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

A cerimônia de transferência de capital, que atualmente é simbólica, foi criada por um decreto do ex-governador Mauro Borges e ocorre anualmente desde 1961. No registro estão presentes, da esquerda para a direita, o Procurador-Geral da Justiça Joaquim José de Souza; em pé o repórter do antigo CERNE; o

Prefeito de Goiás Brasílio Ramos Caiado; o Desembargador Elísio Taveira, Presidente do Tribunal de Justiça à época; o Governador Mauro Borges Teixeira; o Senador da República Juscelino Kubitschek e o Advogado Duílio Martins de Araújo.



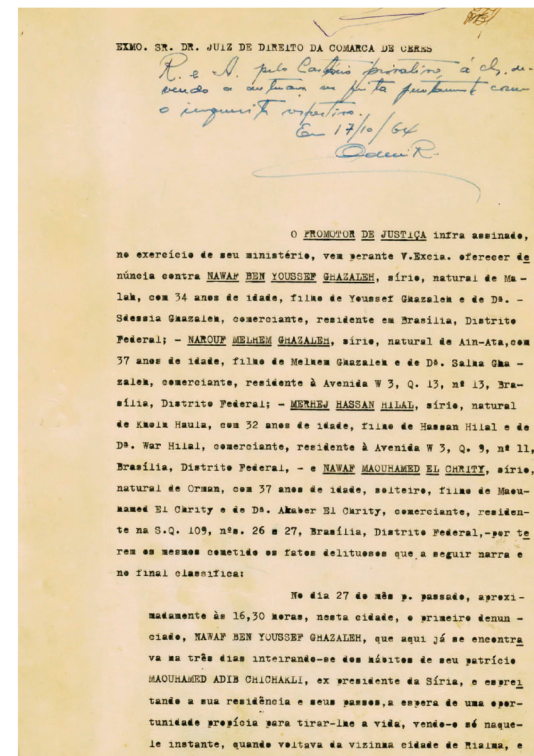
PROCESSO PENAL DO GARIMPO DA BACIA DO RIO VERMELHO



Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Processo Judicial sobre o retorno do garimpo na Bacia do Rio Vermelho na década de 1980, marco significativo na história da Cidade de Goiás, pois, reinseriu a cidade no cenário econômico-político estadual. A Ação Civil Pública Ambiental foi promovida pelo Ministério Público, que é curador do meio ambiente.

PROCESSO PENAL DO ASSASSINATO DO EX-PRESIDENTE SÍRIO, MAOUHAMED ADIB CHICHAKLI



Acervo Documental.
Centro de Memória e Cultura. Cidade de Goiás. Goiás.

Maouhamed Adib Chichakli foi deposto e buscou abrigo no Brasil. Comprou uma fazenda no interior de Goiás, onde se fixou com a família, e foi assassinado em 1964 no município de Ceres. Os autos do processo narram os últimos dias do ex-governante e o julgamento do assassino, que foi absolvido por um júri popular.

GALERIA DOS EX-PRESIDENTES

José Ascenço da Costa Ferreira
01/05/1874 a 27/10/1874

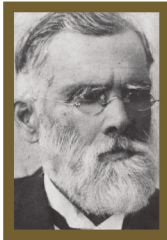
Adriano Manoel Soares
27/10/1874 a 1878

José Antônio da Rocha
1879 a 26/11/1889

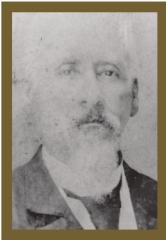
Francisco Manoel Paraíso Cavalcante
26/11/1889 a 1891

Olympio da Silva Costa
22/09/1899 a 18/08/1905

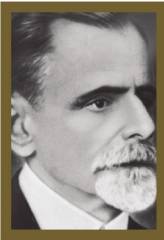
Benjamin da Luz Vieira
01/02/1930 a 06/12/1930



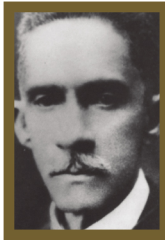
Coriolano Augusto de Loyola
1891 a 22/09/1899 e
18/08/1905 a 08/11/1914



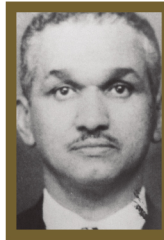
Antônio Pereira
de Abreu Jr.
13/11/1914 a 1915



Francisco Ferreira
Martins Ribeiro
16/06/1915 a 1923



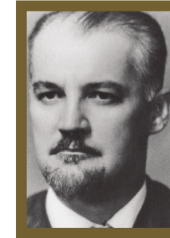
Emílio Francisco Póvoa
1923 a 29/07/1927



Ayrosa Alves de Castro
29/07/1927 a 31/12/1929



Elísio Taveira
22/04/1961 a 31/12/1962



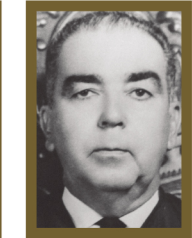
Hamilton de Barros Vellasco
1963



Antônio Diurivê Ramos Jubé
1964



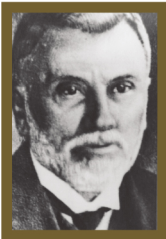
Geraldo Bonfim de Freitas
1965



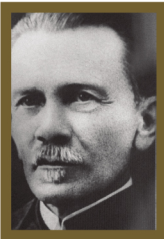
Parahyba Pirapitinga
Santana
1966



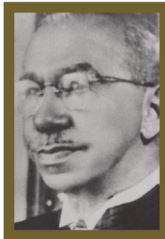
Benjamin da Luz Vieira
01/02/1930 a 06/12/1930



João Francisco de
Oliveira Godoy
02/01/1931 a 19/09/1935



Maurílio Augusto
Curado Fleury
20/09/1935 a 08/04/1936



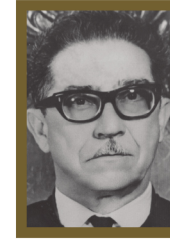
Rodolpho Luz Vieira
14/04/1936 a 08/01/1938



Antônio Perillo
04/1937 a 08/1937



Everaldo de Sousa
1967



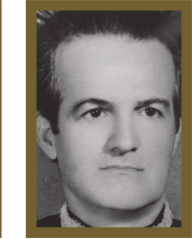
Manoel Amorin
Felix de Sousa
1968



Fausto Xavier de Resende
1969



Romeu Pires de
Campos Barros
1970



Clenon de Barros Loyola
1971



Dario Délio Cardoso
10/01/1938 a 10/03/1946



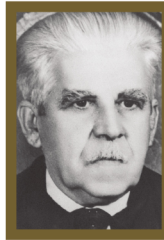
Eládio Amorim
14/03/1946 a 23/07/1953



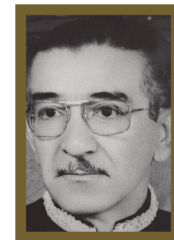
José Campos
23/07/1953 a 31/12/1954



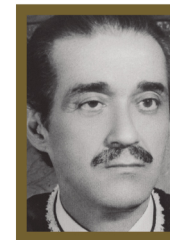
Ovídio Nogueira Machado Jr.
1955



Jorge de Moraes Jardim
1956



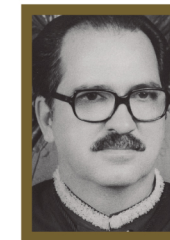
Rivadávía Licínio de Miranda
1972



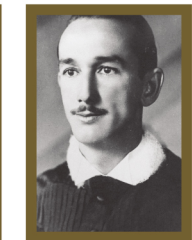
Renato Coelho
1973



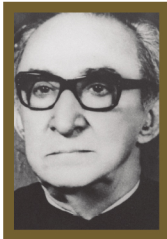
Firmo Ferreira Gomes
de Castro
1974



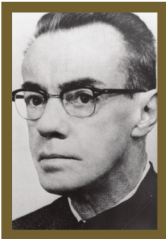
Arinam de Loyola Fleury
1975



Emílio Fleury de Brito
1976



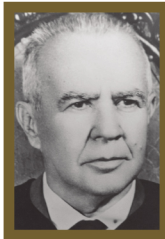
Clóvis Roberto Esselin
1957



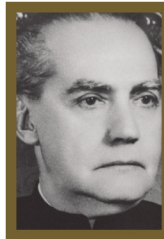
Moacyr José de Moraes
1958



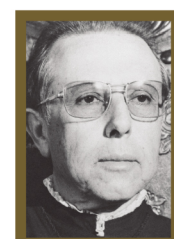
Maximiano da Matta Teixeira
1959



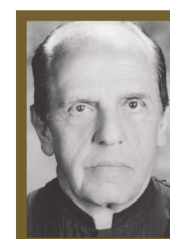
Alceu Galvão de Vellasco
1960



Francisco Martins de Araújo
01/01/1961 a 22/04/1961



Geraldo Magela F. Ferreira
1977 a 1978



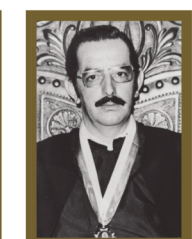
Paulo de Amorim
1979 a 1980



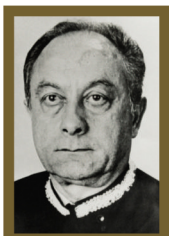
Celso Fleury
1981 a 1982



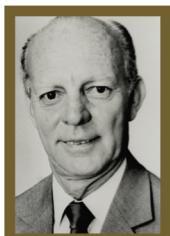
Leôncio Pinheiro Lemos
1983 a 1984



Geraldo Crisprim Borges
1985 a 1986



João Canêdo Machado
1987 a 1988



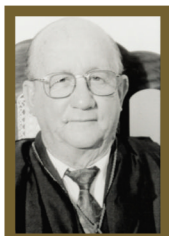
Messias de Sousa Costa
1989 a 1990



Fenelon Teodoro Reis
1991 a 1992



Mauro Campos
1993 a 1994



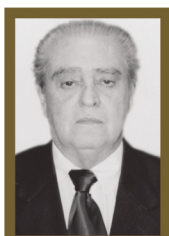
Homero Sabino de Freitas
1995 a 1996



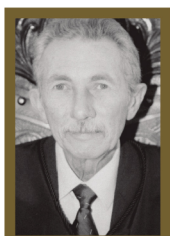
Lafaiete da Silveira
1997 a 1998



Joaquim Henrique de Sá
1999-2000



Byron Seabra Guimarães
2001 a 2002



Charife Oscar Abrão
2003 a 2004



Jamil Pereira de Machado
2005 a 2006



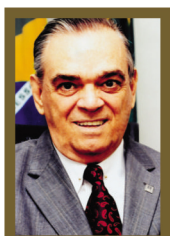
Arivaldo da Silva Chaves
2007



José Lenar de Melo Bandeira
2007 a 2008



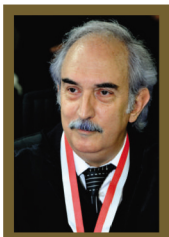
Paulo Maria Teles Antunes
2009 a 2010



Vitor Barbosa Lenza
2011 a 2012



Leobino Valente Chaves
2012 a 2013/ 2016 a 2017



Ney Teles de Paula
2013 a 2015



Gilberto Marques Filho
2017 a 2019



Walter Carlos Lemes
2019 - 2021



Carlos Alberto França
2021 - 2023

NOSSOS SERVIÇOS

Visitas às exposições

De terça-feira à sexta-feira
9h às 12h - 13h às 17h

Aos sábados
9h às 13h

Visitas ao Arquivo

Mediante agendamento

Visitas em Grupo

Oferecemos atendimento especial para escolas, faculdades, universidades e excursões, mediante agendamento.

Tour 360°

Para obter o serviço é necessário acessar o site do Centro de Memória e Cultura e clicar em "Tour 360°".

Utilização do espaço

Para obter o serviço é necessário formalizar o pedido via Ofício, por e-mail, constando o dia, o horário, a finalidade, a quantidade aproximada de participantes e o tempo aproximado de uso.

CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA

Desembargador Maximiano da Matta Teixeira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Terça, Quarta, Quinta e Sexta-feira

9h às 12h - 13h às 17h

Sábado

9h às 13h

Rua Coronel Luiz Guedes de Amorim, nº 01

Centro Histórico

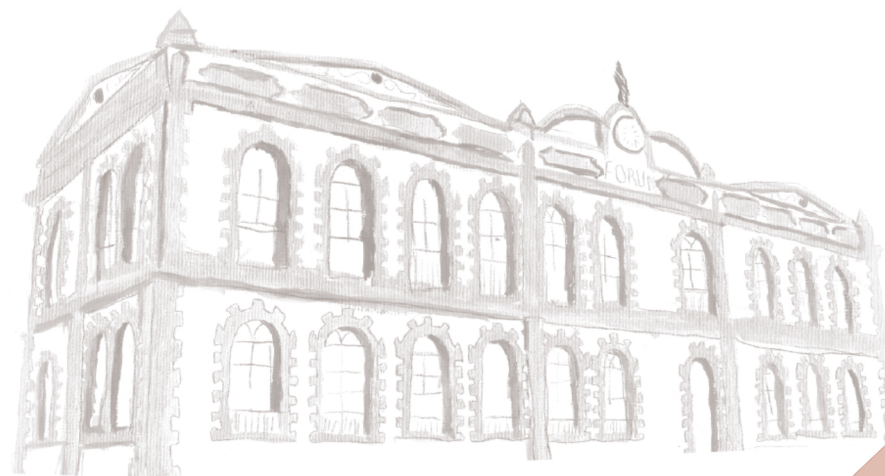
Cidade de Goiás - GO

Agende sua visita em grupo:

(62) 3371-4856

cmcgoias@tjgo.jus.br

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/cmc-institucional>



Centro de Memória e Cultura

